



JUSTIFICATIVA

O Secretário Municipal de Administração, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução em segurança, através de plataforma de monitoramento, incluindo, manutenção preventiva e corretiva, gravação, armazenamento, gerenciamento, analítico de leitura de placas através de câmeras em sistema de videomonitoramento 100% em nuvem, com acessos via web e via aplicativos para sistemas IOS e Android, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: declaração de exclusividade, proposta de preços e documentos daquela empresa, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato, bem como para a pessoa do futuro contratado.

Instada a se manifestar, este Secretário vem apresentar justificativa de inexigibilidade de licitação *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, art. 25, I dispõe, *in verbis*:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
I - para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2 - Justificativa do preço.

Sabe-se que esta Prefeitura, por força da sua natureza jurídica, sujeita-se ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.



A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infra-constitucionais que demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

Definindo, de forma bastante clara e sucinta, o que seja necessário para uma contratação direta, nos moldes do art. 25, I da Lei de Licitações e Contratos, o festejado administrativista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, doutrinou:

“Os requisitos para que a contratação direta seja considerada legal são:

b) referentes ao contratado:

b.1. deve ser fornecedor exclusivo do produto

b.2. a exclusividade, dependendo do vulto da aquisição, pode ser somente no local

c) referentes aos meios de comprovação:

c.1. a exclusividade deve ser comprovada por atestado ou certidão;

c.2. a certidão deve ser expedida por um dos seguintes órgãos:

- junta comercial;

- sindicato, federação ou confederação patronal;

- entidade equivalente.”¹

Analisando-se, agora, *pari passu*, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade, vê-se que tanto o objeto do contrato quanto a empresa que se pretende contratar preenchem os mesmos, conforme a documentação apresentada.

Assim, de cada um dos requisitos preestabelecidos, temos:

Referentes ao contratado:

➤ **Deve ser fornecedor exclusivo do produto** – Para a realização do objeto pretendido, outra exigência que se impõe é que o futuro contratado possua exclusividade no fornecimento do produto. Uma vez que a lei refere-se à exclusividade, esta se dá, como no caso em tela, quando só há um fornecedor em condições de oferecer o que a Administração pretende, razão pela qual não é viável a competição; assim, não há, de fato, como se exigir a realização de uma licitação. Compulsando-se os autos, vemos as necessárias declarações de exclusividade, da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança - ABESE, fornecida à empresa que fornece seus produtos com exclusividade. Existe, portanto, a exclusividade exigida por Lei.

➤ **A exclusividade, dependendo do vulto da aquisição, pode ser somente no local** – Para que se opere, legitimamente, a contratação direta nos moldes aqui pretendidos, faz-se necessário, ainda, que a empresa possua exclusividade na localidade onde se realiza a licitação; tal exigência está cabalmente comprovada pela declaração fornecida pela

¹ *in* FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta Sem Licitação. 6ª ed. Fórum, 2006.



ABESE, ao afirmar que somente a empresa Camerite Sistemas S.A "é distribuidor exclusivo no Estado de Sergipe" do objeto que aqui se pretende fornecer solução em segurança. A lei refere-se a local onde se realiza a licitação, a obra ou serviço. Nos termos do art. 20 da Lei nº. 8.666/93, "as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.". Então, a exclusividade deve-se dar no âmbito do município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, o que ocorre. Para arrematarmos a questão, trazemos a lume os ensinamentos do Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes acerca do assunto:

"Como a licitação, seguindo a regra epigrafada, ocorre no local onde está a sede da repartição interessada, o fornecedor deve ser exclusivo nessa localidade, para que se caracterize a inexigibilidade de licitação."

E, concluindo, assevera:

"As considerações expendidas autorizam a concluir que, para atender ao requisito do caput do art. 25, isto é, avaliar se é juridicamente viável a competição, deverá a Administração:

a) verificar qual o universo, em que, em tese, se daria a competição, se fosse feita a licitação:

a.1. se tiver em vista a realização de uma compra com valor estimado até o limite máximo para convite, poderá analisar a exclusividade em âmbito local;

(...)

b) a comprovação da exclusividade deve abranger o universo acima recomendado, conforme as circunstâncias.

Essa interpretação é a que melhor assegura a preservação da harmonia do sistema jurídico e é a que se recomenda." ²

Não satisfeitos, podemos ainda, finalmente, reforçar nosso entendimento com a argúcia peculiar do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, quando diz que:

"Considera-se, portanto, vendedor ou representante comercial exclusivo, para efeito de convite, o que é único na localidade; para tomada de preços o que é único no registro cadastral; para concorrência, o que é único no País."

³

Referentes aos meios de comprovação:

➤ **A exclusividade deve ser comprovada por atestado ou certidão** - Com relação à comprovação de exclusividade, esta se torna evidente mediante a constatação, em conformidade com a documentação apresentada, das Declarações fornecidas, pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança - ABESE, devidamente assinadas por quem de direito. Dessa forma, como o dispositivo legal estabeleceu como deverá ser comprovado que o interessado é fornecedor exclusivo na localidade do produto pretendido pela Administração, entendemos plenamente cumpridas as exigências legais.

➤ **A certidão deve ser expedida por um dos seguintes órgãos:**
- junta comercial;

² Ob. Cit.

³ in MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de Direito Administrativo. 32^a ed. Malheiros, 2006.

- sindicato, federação ou confederação patronal;
- entidade equivalente.

Por fim, é fácil de constatar que a exclusividade da empresa que se pretende contratar está devidamente formalizada na Declaração fornecida: pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança - ABESE. Pode ser comparada, analogicamente, a "entidades equivalentes".

Assim, quanto à Declaração, da Camerite Sistemas S.A, esta pode ser considerada como uma das entidades equivalentes previstas em lei. Assim, destarte, impõe-se a lógica de que a mesma, analogamente, pode ser considerada como "entidade equivalente". Finalizemos com a brilhante aula do Prof. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"O primeiro meio exemplificado para demonstrar a exclusividade não está, a rigor, previsto na lei e é bastante utilizado na prática, partindo da premissa de que a exclusividade do produtor é absoluta, enquanto a do representante comercial ou distribuidor é relativa. Assim, pode-se inferir que a declaração do produtor de que na localidade apenas a empresa tal é fornecedora exclusiva dos bens pretendidos pela Administração pode ser suficiente."

E, magistralmente, encerra:

"Mas, independentemente das entidades que possam ser açambarcadas pela expressão 'equivalente' utilizada pelo legislador, é imprescindível que a pessoa jurídica, autora do atestado de exclusividade, possua idoneidade suficiente para responder por uma declaração falsa. Além dos termos da declaração, é preciso que a entidade seja conhecida na localidade, possua endereço ou sede social, que a declaração seja firmada e a assinatura reconhecida em cartório. Essa última formalidade parece inafastável em se tratando de instituição privada"⁴

Portanto, diante do exposto, entendemos que a Declaração apresentada é válida como comprovação da exclusividade da empresa que se pretende contratar – Camerite Sistemas S.A, já que, consoante o já dito, ela é a única que está autorizada a fornecer com exclusividade no Estado de Sergipe, o que pretende adquirir, sendo tal entendimento reforçado pelo Tribunal de Contas da União:

"Inclua nos processos de inexigibilidade de licitação a declaração de exclusividade ou, na impossibilidade, documento que comprove ser o contratado o único fornecedor das respectivas áreas e/ou serviços."⁵

Assim, vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, I da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa Camerite Sistemas S.A não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já

⁴ Ob. Cit.

⁵ Acórdão 822/2005 – Plenário - TCU.



exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a única fornecedora dos produtos aqui pretendidos.

2 - Justificativa do preço – Os preços apresentados pela contratada estão estabelecidos de acordo com os preços de mercado. Ademais, os preços apresentados pelo fornecimento encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos, consoante se vê nos autos.

Devemos, então, nesse ponto, para finalizar o tema, encarar a questão do fornecimento do objeto em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto do fornecimento.

Reponta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação. E, nesse diapasão, é-se permitido ao administrador afastar-se da licitação, mediante a relevância do interesse público, do bem comum e da altivez aqui tutelados. Afinal, a Constituição tutela outros princípios, além do da igualdade.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 89.724,00 (oitenta e nove mil e setecentos e vinte e quatro reais), sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

27049 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2157 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração
3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Recurso: 0100100

Finalmente, porém não menos importante, *ex posistis*, opina o Secretário Municipal de Administração pelo fornecimento de solução em segurança pela Camerite Sistemas S.A – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, I c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Tobias Barreto, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Tobias Barreto – SE, 08 de Dezembro de 2021.

JOSÉ AVELANIE DA SILVA SANTANA
Secretário Municipal de Administração